

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E ALGUNS DESAFIOS NA ESCOLA REGULAR

Manoel Anório Apolônio Filho¹

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo analisar a importância do Atendimento Educacional Especializado para estudantes matriculados na escola regular. Atualmente, vivemos em uma sociedade onde a diversidade humana é inegável, nem sempre é fácil conviver com as diferenças. Diante disso, existem diversas barreiras relacionadas a pessoa com deficiência no contexto educacional, familiar e social. Mesmo assim, foram criadas diversas leis e diretrizes que favorecem o acesso e permanência de estudantes com deficiência na escola regular, por meio de uma educação inclusiva com equidade. Além disso, o Atendimento Educacional Especializado tem proporcionado uma educação diferenciada para estudantes com deficiência, embora não significa que a implantação do AEE já evidencia a inclusão por completo no espaço escolar. É preciso que o corpo docente desenvolva diversas práticas na sala de aula que favoreça o aprendizado desse público específico, a escola deve estar preparada com ações que visem a inclusão por integral. Isso será apresentado nesse trabalho, trazendo uma revisão de literatura com abordagem qualitativa, contemplando diversos autores como Baptista (2002), Beyer (2006), Dayrell (1996), Perrenoud (1993), Mantoan (1997), entre outros.

Palavras-chave: AEE. Inclusão. Escola. Desafios.

INTRODUÇÃO

Todos querem e precisam de uma Educação Inclusiva que ajude a estabelecer relações, respeite as diferenças e prepare para a vida, valorizando desta forma a participação espontânea de diferentes grupos no processo de desenvolvimento das habilidades cognitivas através de propostas pedagógicas e situações desafiadoras que proporcionem a integração em um ambiente adequado.

Este artigo tem o intuito de tratar da importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), apontar algumas possibilidades e dificuldades no processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais matriculadas nas escolas de ensino regular, refletindo sobre sua trajetória e fazendo menção deste processo de desenvolvimento.

¹ Pedagogo e graduado em Licenciatura em Letras Libras. Graduando no curso de Bacharelado em Letras Libras e Informática pela Uniasselvi, manoel_apolonio@hotmail.com.

Por intermédio de atividades diversificadas e lúdicas, pensado na especificidade de cada estudante, é possível propor situações relevantes que contemplem todos os alunos com necessidades especiais, sendo um fator primordial observar seu desenvolvimento e avanço ao ser inserido junto aos demais.

Se houver fatores e situações de exclusão é preciso estabelecer junto a equipe pedagógica, metas de modo a acabar com essas situações tornando a escola um lugar único de troca de experiências e aprendizagens significativas para todos.

O aluno matriculado no Atendimento Educacional Especializado e incluído na escola regular necessita de atendimento diferenciado dos demais, por isso, se faz necessário observar através da anamnese e em conjunto com todos os profissionais envolvidos, se as propostas pedagógicas representam as necessidades dos estudantes, atendendo as suas individualidades. Também, cabe à escola buscar junto ao professor capacitação adequada para a necessidade específica.

Devido às diversas dificuldades nem sempre o professor consegue se aperfeiçoar para atender toda a demanda de forma específica. Assim, as salas de recursos multifuncionais onde é realizado o Atendimento Educacional Especializado, passaram a ser uma demanda no âmbito federal da escola pública, visando à valorização do ser humano independente de suas diferenças físicas, cognitivas e intelectuais.

Diante disso, diversas escolas acataram prontamente a proposta do AEE, mas será que os professores atuantes nessas escolas ou salas estão preparados para atender essa demanda tão diversificada e presente cada vez mais no cotidiano escolar? Esse questionamento será discutido neste trabalho que trará como aporte teórico o trabalho dos estudiosos: Baptista (2002), Beyer (2006), Dayrell (1996), Perrenoud (1993), Mantoan (1997) entre outros.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

É notório que as escolas vêm sofrendo pressões para acompanhar tempos novos que trazem consigo uma bagagem de diversidade de públicos. São estudantes com necessidades e especificidades que se não forem bem atendidos dificilmente farão da escola um espaço de exercício da cidadania e da política inclusiva, o que estaria indo em desencontro ao que concerne à construção de uma sociedade mais justa.

É nesse contexto que esforços teóricos, além de técnicos, políticos e operacionais, buscam elucidar uma educação que abarque mais amplamente essa perspectiva e que dê a oportunidade de realmente a escola ser um ambiente de inclusão.

Vale ressaltar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), por exemplo, definem a inclusão como sendo parte do processo democrático do estado, ou seja, não considerando a escola como única instituição responsável para esse fim.

É bom salientar também que embora não seja apenas a escola responsável pelo processo de inclusão, ela tem papel preponderante e por isso, é imprescindível que constitua uma proposta pedagógica atrelada às necessidades dessas especificidades. E para tanto, segundo as Diretrizes Curriculares em seu artigo 3.º:

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001)

É preciso que a escola integre o trabalho formal, de natureza formativa, com o trabalho pessoal e social, considerando as dificuldades trazidas na sua diversidade pelos seus educandos. Dificuldades estas relatadas pelas Diretrizes Curriculares em seu artigo 5.º:

Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

- a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
 - b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
- Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- Altas habilidades: superlotação, grande facilidade de aprendizagem que o leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (BRASIL, 2001)

Percebe-se que a inclusão necessita de maior atenção no processo de ensino-aprendizagem e para essa conjuntura faz-se necessária a capacitação dos professores atuantes nas salas em que realizam esse atendimento.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9394/96) em seu artigo 58, inciso III:

São previstos professores com especialização adequada ao nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996)

Os alunos com deficiência são cidadãos com direito de compartilhar os mesmos espaços dos demais alunos sem necessidade de sofrer nenhum de discriminação. O Atendimento Educacional Especializado prepara o aluno para se sentir pertencente ao contexto social que o cerca. Alguns professores atuantes em salas de AEE justificam a falta de capacitação para atuarem no atendimento qualificado desses alunos.

A Declaração de Salamanca (Ano) apud Romagnolli (2008, p.7), afirma que “as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades”.

Porém, algumas escolas desenvolvem projetos de AEE de forma parcial, ficando longe de se tornarem escolas inclusivas. Existem crianças que podem ser incluídas sem necessitar do acompanhamento de especialistas, outras necessitam do atendimento. É um trabalho que exige diálogo entre diversos profissionais que acompanham a criança: o médico, o fonoaudiólogo, o fisioterapeuta, o pedagogo (professor), e principalmente deve-se ouvir a família e a própria criança. O que se sabe é que:

Quase que a totalidade das ações humanas exige algum tipo de conhecimento, às vezes superficial, outras vezes aprofundado, oriundo da experiência pessoal, do senso comum, da cultura partilhada em um círculo de especialistas ou da pesquisa tecnológica e científica. Quanto mais complexas, abstratas, mediatizadas por tecnologias, apoiadas e modelos sistêmicos da realidade forem consideradas as ações, mais conhecimentos aprofundados, avançados, organizados e confiáveis, elas exigem. (PERRENOUD 1999, p. 2).

Com a escola assumindo o papel da inclusão de pessoas com deficiência, ela precisa dar subsídios para que o discente tenha condições de crescer no âmbito cognitivo, social e pessoal. Educação Inclusiva é aceitar e entender o outro do jeito que ele é, respeitando sua especialidade.

Quanto ao ambiente escolar, Beyer aponta que deve ser agregador de conhecimento e que deve servir de estímulo para o desenvolvimento cognitivo das crianças.

A grande dificuldade que encontramos nas escolas especiais deve-se à limitação no horizonte social das crianças com necessidades especiais.

Enquanto estas precisariam da convivência com crianças com condições cognitivas e sócio-afetivas diferenciadas das suas, veem-se, através das situações pedagógicas e sociais correspondentes, atreladas a um modelo limitado de interação. (2006, p.)

Hoje, as políticas educacionais são resultantes destes conceitos de homem e propriedade e que afetam diferentes instituições. O lema “educação para todos” é muito mais que só educação, é uma questão social, perpassa inclusive por uma melhor distribuição de renda, possibilitando acesso a bens de consumo e culturais.

É importante frisar que:

Os programas de intervenção devem-se pautar na análise e na interpretação de indicadores qualitativos e quantitativos que identifiquem e caracterizem as necessidades dos sistemas de ensino, visando melhorar sua qualidade. A programação de um conjunto de ações deve ser direcionada, em um primeiro momento, a provocar reflexões, envolvendo todos os profissionais ligados, diretamente ou indiretamente, a atividade de ensino. [...] A continuidade dessas ações se daria por meio de formação permanente, programada, intencional, sistemática e de preservação do encadeamento de propósitos de natureza geral – versando sobre a educação (o saber) e o educador (o saber fazer) – e de natureza específica, garantindo a construção de conhecimentos em educação especial, como as características de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, os métodos e as adaptações possíveis ou necessárias e a utilização de materiais e equipamentos específicos. (DAYRREL, 1996, p. 56)

Vendo a escola como espaço de aprendizagem, socialização e preparação para a vida, busca-se entender e apontar de que forma a escola inclusiva pode preparar e dar subsídios à pessoa com deficiência para o ingresso no mercado de trabalho. Não se pretende colocar a escola como uma instituição profissionalizante, mas como alicerce do conhecimento e fornecedora de ferramentas para o desenvolvimento do indivíduo.

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa de seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa auto-estima resultante da exclusão escolar e da social – alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os sentidos. (MANTOAN, 1997, p. 27).

Do ponto de vista das políticas da inclusão do estudante autista, busca-se explorar de quais maneiras a escola pode auxiliar neste processo, ou melhor, como a escola pode iniciar a inclusão da pessoa com deficiência cognitiva em um processo que terá continuidade quando este chegar ao mercado de trabalho.

Ser acolhido pela sociedade é um direito, pois uma parte da população tem alguma deficiência. Não devemos esquecer que eles também são cidadãos dotados de direitos, portanto, precisa-se buscar soluções que garantam esses direitos.

Pais e profissionais são muito familiarizados com a ocorrência de estereótipos em situação de medo, cansaço e tédio, com tendência a aumentar nas situações em que a pessoa não está ativa (ex.: vendo televisão). Situações inesperadas e que, portanto, fogem ao controle, podem também desencadear tais comportamentos acompanhados de grande agitação e aflição [...] (BAPTISTA & BOSA, 2002)

Não se pode ignorar que a pessoa com deficiência tenha direito de participar do processo de inclusão e que o Estado precisa colaborar fazendo a sua parte, fazê-la acontecer “na prática”.

Educação inclusiva significa educar todas as pessoas com igualdade, não havendo distinção, de acordo com suas especificidades. A escolha por esta categoria de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes e sim oferecer oportunidades de aprendizagem para todos. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidades.

A inclusão, portanto, requer uma revolução de paradigmas. Não significa apenas colocar pessoas “diferentes” num lugar em que não costumavam estar, a classe regular. Significa não mais conceber as necessidades especiais como imutáveis ou incapacitantes. Significa, ademais rever o papel da escola e conscientizá-la de que sua responsabilidade é educar todos, sem discriminação. Logicamente isso exige uma reviravolta estrutural na sociedade. (KAFROUNI E SOUZA PAN, 2001. P.33).

As escolas devem assegurar aos estudantes com deficiência recursos para atendê-los e suprir suas dificuldades. Essa versão da evolução do sistema educacional nos fornece base para entender o progresso da educação especial.

Olhar a instituição escolar pelo prisma do cotidiano permite vislumbrar a dimensão educativa presente no conjunto das relações sociais que ocorrem em seu interior. A questão que se coloca é que essa dimensão ocorre predominantemente pela prática dos alunos, à revelia da escola, que não a potencializa. Os tempos que a escola reserva para atividades de socialização são mínimos, quando não reprimidos (DAYRELL, 1996).

Conforme as propostas pedagógicas, a escola ainda é um local onde se ensina o conteúdo teórico denominando atividades, na maioria das vezes escritas em cadernos com o intuito de ensinar a ler, escrever e resolver cálculos matemáticos. Porém, se tratando de alunos de inclusão, o ensinar vai muito além das páginas de um livro. No atendimento educacional especializado se faz necessário o uso de recursos didáticos,

tecnológicos e práticos que vão de encontro a curiosidade do aluno, tornando-o um ser sociável, apto a compartilhar sua vivência fora do contexto escolar.

O professor para atuar em sala de AEE precisa estar preparado e buscar qualificação permanente, pois as mudanças são instantâneas, sendo que cada aluno necessita ser atendido em sua individualidade, com propostas diversificadas e diferenciadas, marcadas

[...] pela ampliação de debates no campo da educação tendo como aspecto principal as reformas que foram (e estão sendo) implementadas no Brasil. Crises da educação, novas tecnologias educacionais, tempos de privatizações do ensino, imposição de políticas que restringem o gasto público nessa área, congelamento e redução de salários de professores/as, flexibilização do mercado de trabalho, ênfase na dimensão instrumental e técnica da educação, crescente volume de encargos dos/as profissionais das escolas [...] (BARROS, 2005, p.69)

Diante da demanda de recursos físicos e humanos o atendimento para estudantes do Atendimento Educacional Especializado fica ainda incompleto devido à falta de qualificação adequada e direcionada para cada demanda específica. Isso é importante, visto que nenhum estudante autista é igual ao outro, cada um tem suas características diferenciadas. Assim, as escolas esperam que as secretarias disponibilizem acompanhamento junto à demanda escolar, mas, isso depende de outros fatores políticos e sociais que na maioria das vezes tardam. Enquanto isso, nesse meio tempo, o estudante é atendido conforme o conhecimento acadêmico de cada profissional que dispõe somente da boa vontade e pesquisa para atuar nesse campo que vem crescendo cada dia mais em nosso meio social.

Os alunos de inclusão e pertencentes ao contexto da escola regular não podem ser limitados a adquirir conhecimento “acadêmico”, considerando que o aprender vai muito além da folha de caderno e se completa através de repertório diferenciado que agrega conhecimento, tornando o aluno capaz de se localizar livremente pela sociedade, conhecendo símbolos e referências que tornam sua mobilidade eficaz no ir e vir.

METODOLOGIA

Esse trabalho foi realizado através de revisão de literatura, buscando autores que fundamentassem o tema central. Além disso, foram realizadas pesquisas em artigos, livros e sites educacionais.

Para delimitação do tema a pesquisa teve sua natureza qualitativa, agregando conceitos sobre o problema, trazendo possíveis soluções no processo inclusivo de estudantes com Necessidade Educacionais Especiais (NEE). Muitos estudantes, estão inseridos na escola regular e não incluídos, visto que inclusão é um processo que visa a colaboração de todos. Além disso, as diferentes metodologias utilizadas nesse artigo podem ser moldadas segundo a perspectiva e recursos disponíveis para uma aprendizagem mais significava ao aluno.

A escola precisa estar preparada tanto para realizar o Atendimento Educacional Especializado, como também a inclusão na sala de aula regular. Vale lembrar que uma escola realmente inclusiva precisa ser acessível em todos os aspectos, do portão à sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório considerar algumas reflexões sobre a importância de incluir a pessoa com necessidades especiais na sala de ensino regular de forma respeitosa, aceitando as diferenças de cada um, tanto do aluno que vai ser incluso quanto dos demais que precisam aprender a conviver com essas diferenças sem causar nenhum preconceito e discriminação.

O estudante com deficiência, ao ingressar na escola de ensino regular, antes de qualquer coisa precisa estar apto a aceitar as suas diferenças e conviver com elas. Todavia, é preciso parceria entre escola e família, pois cada um reage à sua maneira diante de suas fragilidades.

As secretarias ao proporem a efetivação de inclusão nas escolas regulares, tem sustentado a capacitação do professor para atuar junto aos alunos e comunidade escolar, enfatizando a importância de elaborar novas propostas de ensino que venham de encontro a cada necessidade específica, agregando novo conhecimento para o repertório social que o aluno já possui. Precisamos considerar que o aluno não chega na escola vazio de conhecimento, somente se faz necessário adequar seu conhecimento e experiência para ser usada no convívio e em grupo.

As características dos alunos de inclusão são distintas, por isso há necessidade de adequar atividades lúdicas de forma individual para atender parte da demanda de conhecimento. O professor não deve se ater a metodologias prontas, mas inovar

conforme a capacidade de cada aluno e seu contexto social, que contribui significativamente para seu sucesso ou fracasso dentro de uma sala de aula.

A sala de recurso auxilia o aluno a se localizar enquanto cidadão, através de atividades diversificadas, contribuindo dessa forma para alcançar suas metas e desafios propostos junto ao grupo todo. Cabe nesse momento o interesse do professor, quais as estratégias utilizadas em sala de aula para que o aluno avance nas propostas pedagógicas, inserindo-o em um contexto social que diz muito pouco a respeito da sua realidade.

Ao se pensar em educação inclusiva se faz necessário avaliar todas as propostas elaboradas até hoje. Quando inserimos o aluno na escola esperamos seu retorno de acordo com nossas expectativas e metodologia de avaliação, mostrando que ainda estamos presos a atividades pouco exploratórias para a nossa realidade escolar. O conceito de educação inclusiva se faz necessário observar diariamente para não correr o risco de deixar o aluno de inclusão de lado na sala de aula, causando alguma forma de exclusão vivenciada por ele.

Os planejamentos devem ser elaborados de forma crítica possibilitando o compartilhamento de conhecimento entre todos, de forma gradativa, atendendo desde os mais fragilizados até os que estão em um nível mais avançado de conhecimento. Ainda encontramos muita divergência de pensamento no processo de inclusão, pois cada escola tem sua maneira e vai se adequando as propostas que melhor se encaixam conforme a realidade escolar.

Cabe à escola e a equipe pedagógica traçar caminhos que levem ao verdadeiro processo de inclusão, com materiais adequados, assessoramento e avaliações junto à professora regente da sala de ensino regular, e somente com o intuito de perceber os avanços e se autoavaliar de acordo com suas expectativas de ensino.

Atualmente, muito se discute sobre inclusão social no ambiente escolar, todavia, nem sempre essa proposta se concretiza efetivamente, principalmente quando se trata de alunos com suas especificidades. Um dos princípios de uma democracia social na educação é evidenciado quando os sistemas educacionais se especializam para poder atender todos os alunos, e nestes se incluem os estudantes do AEE.

A inclusão social na escola é um processo consequente de um ensino de qualidade ofertado para todos os alunos, exigindo da escola profissionais com novos posicionamentos e práticas.

Além dos fatores mencionados, toda comunidade escolar necessita entender e viver inclusão e não podemos pensar nesse processo sem falar da acessibilidade em todos os seus aspectos, seja arquitetônica, comunicacional, atitudinal, entre outras. A comunidade escolar necessita ter uma atitude de aceitação e isso pode ser trabalhado através de momentos em que se conscientizem todos dessa importância.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, C. R. BOSA, C. A. **Autismo e Educação: Reflexões e propostas de intervenção.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. v. 1. p. 180.
- BARROS, E. B. de. **Formação de professores/as e os desafios para a (re) invenção da escola.** In: FERRAÇO, Carlos Eduardo (org.). Cotidiano escolar, formação de professores e currículo. São Paulo: Cortez, 2005. p. 68-93
- BEYER, H. O. **Da Integração escolar à Educação Inclusiva: Implicações Pedagógicas.** In: BAPTISTA, C. R. (Org.) Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73-81.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.** Brasília: 1996.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 março 2021
- DAYRELL, J. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** BH Editora UFMG. 1996.
- Declaração de Salamanca sobre Princípios. **Política e Prática em Educação Especial.** Brasília. 1994.
- KAFROUNI, R.& SOUZA PAN, M. A. G. **Inclusão de alunos com necessidades especiais e educação básica.** Interação, Curitiba, 2001, 5, 31 a46
- MANTOAN, M.T.H. **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Senac, 1997



PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: Perspectivas sociológicas.** Lisboa: Nova Enciclopédia, 1993.

ROMAGNOLLI, G. S. E. & ROSS, P. R. **Inclusão de aluno com Baixa Visão na rede pública de ensino:** Orientação para professores. Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1109-2.pdf>>. Acesso em: 24 jun. de 2021.